

RESENHA

**“A PRESENÇA PORTUGUESA NA GUINÉ.
HISTÓRIA POLÍTICA E MILITAR, 1878-
1926”**de Armando Tavares da Silva¹Carlos Alberto Alves²

O autor do livro é sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto Português de Heráldica e da Sociedade da Independência de Portugal; docente aposentado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra desde 2002, altura em que iniciou as pesquisas na área da história. *A Presença Portuguesa na Guiné. História política e militar, 1878-1926*, um livro com trinta e dois capítulos, com o prefácio de Nuno Vieira Matias, Presidente da Academia da Marinha Portuguesa, valeu ao autor da publicação o “Prémio Fundação Calouste Gulbenkian”, atribuído em 2016, pela Academia Portuguesa de História.

Armando Tavares da Silva, para facilitar a leitura da sua investigação histórica, elaborou índices analítico, onomástico, toponímico, geográfico e de autores; a cartografia mostra o percurso dos portugueses em Bissau, Oio, Buba, Geba, Cacheu e Canhabac (Canhambaque); reproduz fotografias dos navios da Armada Portuguesa que navegaram nas águas da Guiné naquele tempo, designadamente Corvetas, Vapor, Canhoneiras, Lanchas-Canhoneiras, Rebocador e Cruzadores.

Quando a Guiné se tornou uma província independente de Cabo Verde, em 1879, o secretário do governo geral do governo, residente na ilha

¹ Silva, Armando Tavares da. 2016. *A Presença Portuguesa na Guiné. História política e militar, 1878-1926*. S/l: Caminhos Romanos, 972 páginas.

² Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: caa30@hotmail.com.

de São Tiago, destacou a falta de recursos humanos e materiais, mostrando-se contra a governação independente da Guiné. A nível eclesiástico, por exemplo, aquele território tinha um número reduzido de sacerdotes, escassos objetos de culto, paramentos e alfaias para as Igrejas; os ministros católicos em Bolama, Bissau e Cacheu eram poucos e os que aí exerciam a ação missionária eram originários da Índia e de Cabo Verde.

Em 1892, a Guiné tornou-se um distrito militar autónomo, com um regime especial administrativo e judicial. O concelho de Bolama era sede do distrito e os comandos militares estavam em Bissau, Cacheu e Geba. O batalhão de Caçadores que se encontrava na ilha de São Tiago, em Cabo Verde, foi enviado para a Guiné, em 1879. Nessa altura, as guarnições militares estavam em remodelação, as tropas organizadas em companhias de guerra, com quartéis em Bolama e em Bissau. O livro destaca a presença dos degradados na Guiné, onde não existia colónia penal, mas que foram "integrados nas forças militares das províncias" (Silva 2016, 45).

O comportamento dos soldados da guarnição da Guiné era preocupante, uma vez que os soldados eram provenientes, na sua maior parte, "de Angola e dos deportados que vêm de Portugal" (Silva 2016, 125). A investigação realça a reorganização militar da Guiné, que previa a existência de uma companhia militar de artilharia e infantaria, incluindo companhias de indígenas de infantaria, corpo de polícia indígena, pelotão de cavalaria indígena para fiscalização, assim como a substituição de soldados europeus, na companhia mista, devido às dificuldades de aclimação, por soldados naturais de Angola e de Cabo Verde e a criação de postos militares em Cacheu, Geba e Farim.

Portugal reforçou as relações com os fulas-pretos, residentes nas imediações do presídio de Geba, considerados inferiores pelos fulas-forros; o juramento de obediência e fidelidade à bandeira portuguesa feita pelo régulo de Ganadú, Ambucú, a quem se deve a expulsão de Mussá Moló para o Feridú, levou os portugueses a estabelecerem relações com outros régulos e a contactarem em Bolama com os enviados do régulo Buducú, Sylaty Mané, com quem foi celebrado um tratado de vassalagem. Foi celebrado um tratado de paz com os régulos do Forréa e do Futa Djalon, durante a expedição contra os beafadas de jabadá e contra os fula-forros de Cadica; o tratado de paz com o régulo do Indorné foi concluído numa fase em que os portugueses estavam preocupados com o tratado de paz com o régulo de Djeta; o tratado de paz entre beafadas e fulas durou pouco tempo, devido ao ataque dos beafadas de Cubisseque a uma tabanca fula, em 1885, o que dificultou a ocupação portuguesa do Rio Grande.

A insubmissão às autoridades portuguesas e a desavença entre os povos prolongou-se até 1883, altura em que foi criada a escola de ensino pri-

mário em Bissau. Naquela vila, em 1894, viveram-se momentos de grande tensão, por causa da rebelião ali ocorrida, que deu origem à deportação de alguns grumetes. Relativamente a Xerne Bokar, “por pregar rebeldia contra a nossa soberania, abusando da sua preponderância religiosa entre os muçulmanos” (Silva 2016, 620), foi deportado para S. Tomé e Príncipe.

A França fez pressão para ocupar zonas onde a administração portuguesa não se encontrava estabelecida. Neste contexto, a ocupação francesa de Casamansa provocou incidentes com as autoridades portuguesas, em 1884 e dois anos depois, altura em que Portugal estava interessado em manter influência nos territórios que controlava, opondo-se a França. Este país estava presente na embocadura do Casamansa e tencionava estabelecer uma feitoria em Selho, na margem do rio de Zeguinchor, por causa do comércio e da presença francesa em Carabane. A Convenção de Paris, para delimitar as fronteiras, teve oposição portuguesa. Os comissários de Portugal e da França chegaram ao território da Guiné para demarcarem a fronteira, após os franceses terem incitado as populações contra Portugal “para obter que sem grande custo lhe façamos cessão da Guiné portuguesa” (Silva 2016, 238). As negociações foram realizadas numa época em que o comércio e a agricultura se encontravam em dificuldade.

Apesar dos incidentes provocados pela demarcação das fronteiras com os territórios vizinhos da Guiné, em 1888 e dez anos depois, a França continuou a não estar interessada, pois pretendia ocupar Zenguichor, para que o rio Casamansa ficasse sob sua tutela, de modo a estabelecer um posto militar em Componi, para servir de base de comunicações com Cadé, no Futa Djalon. A demarcação das fronteiras foi retomada em 1902, uma vez que a delegação francesa não compareceu no ano anterior, como estava estabelecido, “alegando a existência de uma epidemia de febre-amarela que grassava no Senegal” (Silva 2016, 449). As fronteiras sul e leste foram delimitadas em 1903 “por troca de notas diplomáticas” (Silva 2016, 449), mas a demarcação de fronteira entre Casamansa e o rio Cacheu, em 1904, permitiu o levantamento dos rios Cacheu e Casamansa, para ser determinada a linha de separação, de acordo com a Convenção de 1886, assinada entre França e Portugal.

Abdul Injai, antigo negociante ambulante, originário do Senegal, foi preso por ter chacinado papeis, em Bór, em abril de 1906. Após algum tempo deportado em S. Tomé, Abdul Injai foi autorizado pelo rei português, em outubro de 1907 (Silva 2016, nota 20, 663), a regressar à Guiné, onde se foram acumulando queixas contra Abdul Injai, que veio a falecer em janeiro de 1921, na cidade da Praia, em Cabo Verde, onde se encontrava como deportado “em trânsito para Moçambique” (Silva 2016, 752). *Abdul Injai, a conquista portuguesa e o levante de 1919 na Guiné-Bissau: manifestação pública*

de um discurso oculto, tema da monografia de licenciatura apresentada no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2016, com 62 páginas, da autoria de Michelle Sost dos Santos, que analisa o relacionamento entre Abdul Injai e os portugueses, que segundo Michelle dos Santos contribuiu para o enfraquecimento de alguns povos da Guiné, como os balantas, os papeis, os mandingas, os manjacos, entre outros. Michelle Sost dos Santos, na página 54 da sua investigação, concluiu que "no momento inicial, Abdul Injai viu na aliança com os representantes portugueses um meio de conquistar poder na região, de tornar-se senhor do território."

A Liga Guineense foi criada em assembleia de nativos da Guiné, em Bissau. Os estatutos foram aprovados em 1910 e cinco anos depois a Liga foi dissolvida por não permitir "a pacificação da província" (Silva 2016, 653). Em 1911, foram apresentados os Estatutos do Centro Escolar Republicano de Cacheu e a aprovação do regime de trabalho indígena, numa altura em que os portugueses na Guiné não dispunham de meios financeiros suficientes: "Iria agora a República resolver estas questões?" (Silva 2016, 595). O aumento das taxas sobre o tabaco e o álcool, assim como a fixação do imposto de palhota para 5\$00 escudos, foram medidas para fazer face ao excesso de despesas, resultante do aumento de vencimentos dos funcionários públicos na Guiné, que após a alteração da divisão administrativa, em 1916, passou a ter os concelhos da Bolama e de Bissau: as circunscrições de Geba, com sede em Bafatá; Farim, Cacheu e Buba, com sede em Xitoli; Cacine e Bijagós, com sede em Bubaque; Brames, com sede em Bula; Costa de Baixo, com sede em Canchungo; Balantas, com sede em Encheia.

A primeira República (1910-1926) implementou medidas para o acesso aos indígenas guineenses à educação, saúde e justiça; a criação da escola de ensino primário no bairro indígena de Bissau, assim como a criação de escolas de artes e ofícios da Bolama, de Bafatá e de Canchingo, para formar serralheiros, torneiros, fundidores de metais, forjadores, caldeiros, funileiros, motoristas, fogueiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, marítimos, construtores navais, calafates e agricultores.

A ocupação portuguesa da Guiné foi possível com a campanha de Canhambaque, em 1925, e das operações na região dos felupes, em 1933, em pleno Estado Novo português, regime político anticomunista, antidemocrático, antiliberal, autoritário e colonialista, deposto em 1974. A redução de circunscrições civis para metade, em 1926, pretendeu reduzir o pessoal interino, para diminuir despesas, numa altura em que existiam duas correntes que pretendiam "o domínio da Guiné" e que "vai agora manifestar-se abertamente." (Silva 2016, 819).

O livro reúne imensa informação depositada nos Arquivos Portugueses; destacando os feitos dos protagonistas, sejam eles guineenses, portugueses ou franceses. Trata-se, sem dúvida, de um estudo que ajuda a elaborar pistas para futuras investigações e também a perceber melhor a presença portuguesa, francesa e a resistência das populações locais da Guiné, dos territórios adjacentes, dos rios, das ilhas, dos arquipélagos, dos cabos e das cidades que não fazem parte da Guiné. Este país mereceu a atenção de vários autores, nomeadamente René Pélissier, historiador francês, autor da *História da Guiné Portuguesa e os Africanos na Senegâmbia (1841-1936)*, publicada em Portugal, em 1989, pela Editorial Estampa, em dois volumes. Trata-se de um estudo incontornável para a história política e militar portuguesa, assim como da resistência africana durante a ocupação portuguesa para estabelecer uma relação de poder e dominação naquele país da África Ocidental que durou vários anos.

*Recebido em 4 de abril de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*